

A REPERCUSSÃO DO PROGRAMA PRÓ-LETRAMENTO NO TRABALHO DE PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE PRELIMINAR

IZA CRISTINA PRADO DA LUZ-UFPA
izahoje@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo é referente à investigação sobre o Pró-Letramento, um Programa de formação continuada de professores de escolas públicas, que visa à melhoria da aprendizagem da leitura/escrita e matemática nas séries iniciais do ensino fundamental realizado pelo MEC, em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores e com os sistemas de ensino. O objetivo é analisar a repercussão desse Programa de formação continuada no trabalho de professores de escolas públicas, cursistas deste Programa no Pólo Belém. Os procedimentos metodológicos desta investigação consistiram em levantamento bibliográfico para a sustentação da temática, análise de documentos e realização de entrevista semi-estruturada com professoras cursistas do Pró-Letramento. Os principais resultados apontados foram que o programa trouxe melhoria para a atuação profissional, mas não trouxe mudanças para carreira e condições de trabalho; que tem contribuído para o reforço do processo de intensificação e precarização do trabalho docente, assim como tem se pautado em uma perspectiva pragmática e individualista de formação continuada: Por último, constata-se que, a efetividade dos programas de formação continuada, em especial a promovida pelo Pró-Letramento, depende de uma política educacional mais ampla que garanta valorização profissional e condições adequadas para o trabalho docente.

Palavras-Chave: política educacional. formação continuada. trabalho docente.

INTRODUÇÃO

O presente artigo consiste em uma análise preliminar do Programa de Formação Continuada de Professores Pró-Letramento, que visa à melhoria da aprendizagem da leitura/escrita e matemática nas séries iniciais do ensino fundamental realizado pelo MEC, em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores e com os sistemas de ensino no trabalho docente, objeto de pesquisa acadêmica de Mestrado em Educação, na linha de Políticas Públicas Educacionais, realizado na Universidade Federal do Pará, desde 2010.

A pesquisa intitulada *Política de Formação Continuada de Professores: a repercussão do Programa Pró-Letramento no trabalho de professores de escolas públicas* teve como objetivo analisar a repercussão

desse Programa de formação continuada no trabalho de professores de escolas públicas, cursistas deste Programa no Pólo Belém, sendo adotados como procedimentos metodológicos o levantamento bibliográfico, análise de documentos e realização de entrevista semi-estruturada com professoras cursistas do Pró-Letramento, que atuam em escolas públicas localizadas nos municípios de Belém e Ananindeua.

Esta análise é norteada pelas seguintes categorias temáticas: Formação Continuada e Valorização Profissional; Formação Continuada, novas atribuições profissionais e intensificação do trabalho docente; Trabalho docente e avaliação do desempenho profissional e, Condições de trabalho, formação de professores e precarização do trabalho docente, por terem sido elencadas para a referida pesquisa acadêmica.

Em um primeiro momento será analisado, de maneira breve, o Programa Pró-Letramento no âmbito das políticas educacionais, no sentido de apresentar alguns apontamentos sobre a origem e em que contexto educacional vem sendo desenvolvido este programa. Em um segundo momento, serão apresentados dados sobre o Pró-letramento no Estado do Pará. Em um terceiro momento, será analisado, preliminarmente, a repercussão do Pró-Letramento no trabalho de professoras cursistas do Pólo-Belém, no sentido de apontar se este programa trouxe melhorias para as condições de trabalho e carreira dessas profissionais ou se tem reforçado a precarização, intensificação e/ou a responsabilização das professoras pelos resultados educacionais nas avaliações nacionais. Por último, são apresentadas considerações conclusivas sobre esta pesquisa acadêmica.

O PROGRAMA PRÓ-LETRAMENTO NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

O Programa Pró-Letramento foi criado em 2005, em decorrência de pelo menos dois fatores principais: dos resultados insatisfatórios apresentados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), sobretudo em 2003,

pautados em parâmetros internacionais de avaliação educacional¹ e, da criação da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica, em 2004.

Com base na análise de que a avaliação da educação nacional, sobretudo a partir da década de 2000, tem sido submetida aos parâmetros internacionais de avaliação, é importante apontar a implicação disso no surgimento do Pró-Letramento.

Nessa direção, é preciso destacar este programa de formação continuada de professores como parte de uma política governamental influenciada pelos organismos internacionais, com as mediações necessárias, por meio de processos mais amplos de avaliação, que tem implicado na situação atual dos professores, de intensificação, flexibilização e precarização do trabalho docente, assim como na responsabilização desses profissionais pelo sucesso da educação, em precárias condições de atuação profissional (OLIVEIRA, 2004; SANTOS, 2008; CONTRERAS, 2002; PINO, VIEIRA, HYPOLITO, 2009).

Diante disso e do recente momento vivenciado pela política educacional brasileira, inaugurado no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), o Ministério da Educação instituiu, em 2004, a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica, com a finalidade de “contribuir com o desenvolvimento profissional do professor e com a melhoria na qualidade do ensino” (BRASIL, 2005, p.10). A Rede é composta pelo MEC, por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB); Sistemas de Ensino, mediante as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e por Universidades que se constituem em Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação.

O Programa Pró-Letramento apresenta-se como estratégia de formação continuada a distância e em serviço de Professores das séries

¹ O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), criado em 1997, pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE) é um exemplo de avaliação da educação pautada em parâmetros internacionais. O PISA consiste em um exame internacional que vem sendo aplicado a estudantes, em média, a cada três anos, com o objetivo de produzir indicadores dos países envolvidos, referentes às áreas de leitura, matemática e ciências tidos como parâmetro da performance exigida pela sociedade globalizada, coordenado internacionalmente pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico -OCDE (MAUÉS, 2009).

iniciais do Ensino Fundamental, que atuam na rede pública de ensino, com o objetivo de favorecer a melhoria do desempenho escolar de alunos nas áreas de leitura/escrita e matemática.

O Programa é realizado pelo Ministério da Educação- MEC, por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB) e da Secretaria de Educação à Distância (Seed), em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores e com a adesão das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação mediante ao Plano de Ações Articuladas (PAR).²

O processo formativo do Programa Pró-Letramento, conforme informa o Guia Geral do Pró-Letramento (2010), é constituído de seis etapas: 1) Apresentação do programa; 2) Seleção dos tutores; 3) Adesão; 4) Formação dos Tutores; 5) Formação dos cursistas e 6) Revezamento.

No que concerne aos participantes do Programa Pró-Letramento, são basicamente: o coordenador geral, o formador de professor tutor, o professor tutor e o professor cursista (MEC, 2007). Sendo que o professor cursista constitui o objeto deste estudo.

O PROGRAMA PRÓ-LETRAMENTO NO ESTADO DO PARÁ

No Estado do Pará, o programa foi implementado em 2008, a partir dos pólos localizados no município de Belém, Santarém, Bragança e Marabá. Em relação aos pólos cabe registrar que não há uma delimitação dos municípios que integram cada pólo, sendo que no Pará os professores cursistas recorrem à formação do pólo mais próximo ao seu município de atuação profissional.

De acordo com dados registrados em um mapa do Estado do Pará fornecido pelo IEMCI/UFPA, referentes ao ano de 2010, dos 143 municípios do Pará, 91 municípios foram atendidos, 13 estão sendo atendidos e 39 municípios não foram atendidos. Considerando que se somados o número de

² A partir da implantação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, todas as transferências voluntárias e assistência técnica do MEC aos municípios, estados e Distrito Federal estão vinculadas à adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e à elaboração do plano de Ações Articuladas (PAR) considerados instrumentos fundamentais para a melhoria do IDEB.

municípios atendidos com o número de municípios que estão sendo atendidos pelo Programa Pró-Letramento obtem-se o quantitativo de 104 municípios que aderiram ao Pró-Letramento, constata-se que o referido Programa de formação continuada contou com significativa aceitação, tanto por parte dos gestores municipais, quanto por parte de professores cursistas e tutores.

O Programa Pró-letramento no Estado do Pará seguiu as seguintes etapas, segundo os coordenadores deste programa: 1) Adesão; 2) Seleção dos tutores; 3) Formação dos Tutores e, 4) Formação dos cursistas.

No Estado do Pará, a quantidade de horas de formação dos cursistas varia para atender tanto a demanda dos professores cursistas quanto dos tutores. Tanto que, a formação dos cursistas se iniciou ao mesmo tempo em todos os pólos, mas não necessariamente terminou no mesmo período, segundo a secretaria do IEMCI.

A estrutura organizacional, prevista pelo Ministério da Educação para o Programa Pró-Letramento é seguida pelo Estado do Pará, a saber, pela parceria MEC; UFPA, integrante da Rede Nacional de Formação Continuada e Sistemas de Ensino (Secretarias Estaduais e Municipais de Educação).

No ano de 2010 a UFPA, que coordenava o Curso de Matemática, por meio do IEMCI, passou a coordenar o Programa, também, no campo da Alfabetização/Linguagem, através do Núcleo Pedagógico Integrado (NPI), escola de aplicação da UFPA. Sendo que o Curso de Alfabetização/Linguagem era anteriormente coordenado pela Universidade Federal de Brasília (UnB), segundo a coordenação do programa em funcionamento no IEMCI e a Coordenação do programa na SEDUC.

Os participantes do Programa Pró-Letramento no Estado, conforme preconiza o MEC são basicamente: o coordenador geral, o formador de professor tutor, o professor tutor, e o professor cursista. No entanto, cabe destacar que no Pará foram verificadas algumas particularidades no que se refere aos participantes deste programa de formação continuada de professores.

O Coordenador Geral do Programa Pró-Letramento é um profissional da UFPA, o atual diretor-adjunto do IEMCI. O Programa Pró-letramento tem ainda uma coordenação pedagógica (UFPA), exercida por uma pedagoga e mestra em Educação Matemática; uma coordenação

administrativa (UFPA) e, uma coordenação do Programa Pró-Letramento na SEDUC, exercida por uma técnica e pedagoga. Essas coordenações, em conjunto, desempenham as funções de acompanhar e dinamizar o programa na instância dos municípios; participar das reuniões e dos encontros agendados pelo MEC e/ou pelas universidades; prestar informações sobre o andamento do programa nos municípios; subsidiar as ações dos tutores; tomar decisões de caráter administrativo e logístico e, garantir condições materiais e institucionais para o desenvolvimento do programa.

Em relação à dinâmica das atividades e ao material utilizado para a realização dos cursos de Alfabetização/Linguagem e Matemática, as cursistas revelaram que não utilizam apenas o material distribuído pelo MEC, mas materiais como vídeos, textos, jogos trazidos pelas cursistas e tutoras.

A carga horária dos certificados dos tutores e cursistas no Pará se configura, a partir do ano de 2010, da seguinte forma: para os tutores e de 180 horas, na primeira etapa e de 120 horas no revezamento e, para os cursistas é de 120 horas na primeira etapa e 120 horas no revezamento.

Com base nessas informações mais gerais referentes ao Pró-Letramento no Estado do Pará é que se pode partir para uma breve caracterização das professoras cursistas entrevistadas e análise preliminar dos dados da pesquisa.

A REPERCUSSÃO DO PRÓ-LETRAMENTO NO TRABALHO DE PROFESSORAS DE ESCOLAS PÚBLICAS: ALGUNS APONTAMENTOS

A pesquisa foi desenvolvida com uma amostra de 16 (dezesseis) professoras, cursistas do Pró-Letramento, sendo consideradas para análise, entrevistas realizadas com professoras de escolas públicas e que atuam nos municípios de Ananindeua e de Belém.

Na presente pesquisa os nomes das professoras cursistas entrevistadas, afim de que fossem preservados, foram substituídos por nomes de obras literárias de famosos autores brasileiros e portugueses tais como: Helena e Iaiá de Machado de Assis; Lucíola e Iracema de José de Alencar; Flor de Lis de Aloísio de Azevedo, A moreninha de Manoel de Macedo, Sagarana de Guimarães Rosa, Gabriela, Dona Flor e Tieta de Jorge Amado;

Dôra, Doralina de Rachel de Queiroz; Clarissa de Érico Veríssimo; América de Monteiro Lobato; Poesias de Mario de Andrade, Engraçadinha de Nelson Rodrigues e Aruanda de Eneida de Moraes.

As entrevistas foram realizadas com professoras de diferentes disciplinas, séries de atuação (o que demonstra que o programa não tem sido destinado apenas aos professores das séries iniciais do ensino fundamental) e formação inicial e, que atuam na escola (municipal ou estadual) em um ou mais turnos.

Com base nos dados da pesquisa registra-se que a maioria das professoras entrevistadas (6) tem curso de magistério, seguida de um número de três (3) professoras que concluíram o Curso de Pedagogia; uma (1) professora com Curso de Formação de Professores, uma (1) professora com Graduação em Letras (Língua Portuguesa) e uma (1) professora com Graduação em História. Registra-se também que quatro (4) professoras relataram está cursando Pedagogia e, também que apenas uma (1) professora afirma ter curso de Pós-Graduação, no caso especialização.

Outro aspecto significativo para a análise seria o fato de que praticamente todas as professoras trabalham em mais de uma turma e em mais de um turno, o que também confirma o pressuposto anteriormente apresentado de que o trabalho docente vem se precarizando cada vez mais, no sentido de que os professores estão tendo que assumir mais turmas ou tem que trabalhar em mais de um turno para obter um salário mais significativo na renda familiar.

Registra-se também, que em relação ao vínculo de trabalho, a maioria das professoras entrevistadas afirmou ser estatutária, sendo que apenas quatro (4) professoras relataram ser contratadas/temporárias.

E um último ponto que deve ser destacado sobre o perfil das professoras cursistas seria o fato de que a maioria das professoras entrevistadas está na segunda etapa (revezamento) da formação continuada do curso do Pró-Letramento, o que demonstra que apesar das dificuldades reveladas por basicamente todas as entrevistadas, consideram o curso importante para a melhoria da sua atuação profissional.

Com base na análise do contexto das políticas educacionais brasileiras, de forma destacada das políticas de formação de professores,

assim como na caracterização do Programa Pró-Letramento, se pretende realizar a análise dos dados, norteadas pelas categorias temáticas: 1) Formação Continuada e Valorização Profissional; 2) Trabalho docente e avaliação do desempenho profissional; 3) Formação Continuada, novas atribuições profissionais e intensificação do trabalho docente e, 4) Condições de trabalho, formação de professores e precarização do trabalho docente.

Em relação à categoria temática, *Formação Continuada e Valorização Profissional*, registra-se que com base na legislação educacional e considerando a perspectiva de que valorização e formação profissional devem ser vistas como indissociáveis, parte-se do pressuposto de que a participação dos professores em programas de formação continuada deveria ser acompanhada de mudanças na carreira, no sentido de valorização profissional e na garantia de condições favoráveis de condições de trabalho e formação.

A investigação com professoras cursistas do Pró-Letramento (Pólo Belém), porém revelou que esse Programa de Formação Continuada contribuiu para a melhoria da atuação profissional, mas não implicou em nenhuma mudança no que se refere à carreira profissional, em termos de mudança na remuneração, carga horária, progressão na carreira. Tal como pode ser percebido, a partir dos relatos apresentados:

Em relação a essas questões não teve nenhuma contribuição. Não teve nenhuma contribuição com o fator salário. A carga horária continua a mesma, exceto que a gente está tentando esse ano na escola pedir um tempo de hora pedagógica [...] Dentro da escola e dentro do nosso horário de trabalho.[...] Plano de carreira, não sei nem te dizer, porque eu não gosto nem de olhar pra esse lado, porque só é pra gente se aborrecer com o governo [...] Deixo as coisas acontecerem, tá? Porque são questões que às vezes você almeja e acaba quebrando a cara enquanto funcionário (Helena).

Não houve mudança no salário. Olha, por exemplo, se eu quiser agora ter uma carga horária, eu tenho que trabalhar dobrado, entendeu? Então não é que o letramento vá ou não aumentar a carga horária. Eu tenho que trabalhar de manhã e a tarde. Além disso, tenho que me dedicar a minha formação. Com certeza contribui com bastante coisa. A gente aprende muito com as colegas, a gente aprende uma com a outra. Tem colegas de várias séries (A Moreninha).

A maior parte das professoras entrevistadas destacou no que concerne à valorização profissional, a insatisfação em relação ao salário. De

modo geral, relataram que não recebem salário condizente com sua dedicação ao trabalho.

Sobre a questão salarial, Kenzer e Caldas (2009) analisam que com o rebaixamento dos salários, muitas vezes, os professores são obrigados a ampliar a jornada de trabalho, atuando em diversas escolas. As autoras ainda afirmam que essa ampliação do tempo de trabalho somada à diversificação de tarefas, faz com que os professores encontrem cada vez mais dificuldades na sua atuação profissional, desistindo de lutar por melhores condições de trabalho e buscando simplesmente tempo para descanso.

No que se refere às possíveis mudanças/melhorias provocadas pela formação continuada promovida pelo Programa Pró-Letramento na atuação das professoras verifica-se, a princípio, uma ênfase em conhecimentos práticos, em detrimento dos conhecimentos teóricos, tal como pode ser observado, também no relato da professora Helena:

Porque o Pró-Letramento que eu vi. Eu acho que ele veio com uma proposta mais lúdica, com mais trabalho concreto, o qual nós já havíamos esquecido com as novas teorias que vão surgindo e que o sistema vem adotando e te impondo pra ti [SIC] trabalhar nas escolas. Aí o Pró-letramento vem como um resgate, o que eu senti foi isso. É resgatar as cantigas; é fazer poesia; é compor através das vogais, aquelas musiquinhas, entendestes? Aquelas coisas que no nosso magistério de 20 anos atrás a gente aprendeu, né? E que agora houve esse resgate e que é importante. Quer dizer, ele vem mais com aquela parte lúdica, do concreto que é mais importante a gente voltar.

Nessa direção, Freitas (2002) analisa que a discussão referente à formação de professores, no campo das políticas educacionais, tem sido deslocada para os conteúdos e métodos das disciplinas, no sentido de reduzir esta formação a um processo de desenvolvimento de competências para lidar com técnicas e com os instrumentais de ensino, voltado para o aperfeiçoamento da prática pedagógica e individualização do processo de formação continuada e não para a produção de novos conhecimentos e compreensão do atual contexto profissional dessas professoras.

Destaca-se que todas as professoras entrevistadas afirmaram que o programa contribuiu para sua atuação profissional, no sentido de, propiciar novos conhecimentos (relacionados à aquisição de novas propostas de metodologias que poderiam ser aplicadas na sala de aula), troca de

experiências profissionais e mudanças na sua forma de ministrar aula. No entanto, no que se refere à política de valorização e formação continuada, a partir dos relatos das professoras pode-se inferir que o Pró-Letramento não trouxe nenhuma melhoria, tendo em vista a não melhoria das condições de trabalho e remuneração, assim como está sendo desenvolvido em um contexto social de desmobilização das professoras na busca por melhores condições de trabalho, carreira e remuneração.

Sobre a valorização profissional relacionada à formação continuada, é preciso registrar que a formação promovida pelo Pró-Letramento, se efetiva sob uma perspectiva individualista e pragmática, o que indica a ausência de uma política mais ampla de valorização e formação docente e favorece a desmobilização das professoras em torno de busca de melhores condições de trabalho e remuneração.

Sobre a categoria temática *Trabalho docente e avaliação do desempenho profissional* é preciso ressaltar a influência dos organismos internacionais no cenário das políticas públicas educacionais experienciadas no Brasil, sobretudo, a partir de 1990, em continuidade no início da década 2000 que tem reforçado a concepção de educação centrada nos resultados obtidos com base na avaliação de desempenho pautada em parâmetros internacionais de aprendizagem; o que tem propiciado o acirramento da competitividade entre os países, *rankiamento* de escolas, responsabilização do professor pelo desempenho escolar sem, contudo serem consideradas as condições materiais de trabalho deste profissional.

Sobre a questão da avaliação do trabalho docente, Freitas (2002) também alerta para a centralização dos processos avaliativos; assim como para a culpabilização e responsabilização dos professores pelo sucesso e fracasso escolar e, para a expropriação do trabalho dos professores pelas políticas avaliativas.

Diante da literatura educacional que tem apontado que a centralização da avaliação da educação básica tem implicado na responsabilização dos professores e perda de autonomia profissional, parte-se do pressuposto de que ocorre competição entre professores e cobrança por parte da escola e das Secretarias de Educação sobre esses profissionais.

No entanto, a maioria das professoras entrevistadas afirmou não haver competição entre as professoras, nem cobrança por parte da escola ou de Secretarias de Educação pela busca de melhores resultados nas avaliações nacionais. Destaca-se o relato das professoras Poesias e América:

Não. Na escola em que eu trabalho não tem essas coisas, lá na escola tem só duas primeiras séries, aí eu ajudo a minha colega e ela me ajuda. Eles não dão muita importância desde que a gente apresente o nosso trabalho (Poesias).

Não, nada disso. Até porque a direção da minha escola nem sabe que eu estou fazendo isso. Eu tô participando de um curso que é do município e quando vim participar foi assim, parece que as vagas não foram preenchidas pelos professores do Estado, como foi falado em um evento, e eu vim por vontade própria (América).

Em relação às professoras que afirmaram existir competição entre os professores e cobrança destinada a estes profissionais, relataram que a competição pode ser entre professores de uma mesma escola ou entre escolas no âmbito nacional. No que se refere à cobrança direcionada aos professores, em prol da busca de melhores resultados em avaliações nacionais, ressaltaram que pode tanto ser por parte da escola (Coordenação/direção), como por parte de outros professores, ou até mesmo por parte do próprio sistema educacional, no âmbito estadual, municipal e nacional. Sobre esta questão, a professora Helena e Sagarana se posicionaram da seguinte forma:

A nossa escola faz a Prova Brasil, que é da 4ª série e a Provinha Brasil que vem da 2ª e 3ª série. E realmente a gente tem trabalhado em cima disso, tanto é que a nossa escola foi contemplada com o maior índice do IDEB em Ananindeua. Está lá pode buscar no IDEB o resultado.[...] mas tem competição sim, daquela que faz melhor e esconde o jogo, que às vezes não quer dizer o que tá fazendo. Nem todas fizeram o Pró-Letramento, algumas se recusaram (Helena).

Em relação a este programa, ele trouxe competição. Porque realmente, a gente percebe esse tipo de coisa na escola. Tenho umas duas colegas minhas de lá, que dá pra perceber que uma quer fazer melhor que a outra. É até bom por um lado, porque o outro professor procura também fazer, melhorar a sala dele, melhorar a aula que ele tá dando. Sim, com certeza (Sagarana).

Como pode ser observado, apesar de a maioria afirmar que não há competição entre as professoras, pela busca de melhores resultados nas avaliações nacionais, a partir do relato das professoras, aparece a centralidade

da formação de professores, na busca da qualidade da educação, traduzida em melhores resultados nas avaliações externas, tais como SAEB, Prova Brasil, Provinha Brasil.

Desse modo, a avaliação, considerando o contexto mais amplo das políticas educacionais, não tem desempenhado somente um papel pedagógico, mas também, tem funcionado como uma forma de controle sobre o trabalho docente. Daí, a tensão entre a avaliação como instrumento de controle e como ferramenta para aumentar o profissionalismo e o desenvolvimento escolar (AFONSO, 2009).

Nesse sentido, pode-se perceber a expectativa de que o Programa Pró-Letramento poderia subsidiá-las no esforço de atingir ou manter melhores resultados nas avaliações externas, tais como a Prova Brasil, Provinha Brasil e IDEB.

Em contrapartida, se pretende, conforme preconizado pelos movimentos sociais ligados à educação tais como a CNTE, ANFOPE, ANPEd, CEDES e o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, uma política de avaliação da educação básica que promova a participação efetiva, a autonomia e resultados destinados à intervenção para a melhoria da escola pública. Assim sendo, torna-se latente a necessidade de reorientação da política educacional para a educação básica que priorize uma educação com qualidade social, entendida como acessível à maioria da população escolarizável e, pautada nos princípios de inclusão social e na constituição de um cidadão crítico.

Em relação à categoria temática, *Formação Continuada, novas atribuições profissionais e intensificação do trabalho docente* é propício destacar, com base no contexto das políticas educacionais, a análise de Oliveira (2004) quando afirma que as mudanças decorrentes das reformas educacionais têm resultado na intensificação do trabalho docente, ampliação de suas funções, em maiores desgastes e insatisfação por parte desses trabalhadores, o que, segundo a autora, tem contribuído para o processo de flexibilização e precarização do trabalho docente. Para esta autora, estes termos estão relacionados ao fato de o professor ter de assumir múltiplas funções na escola, que não são próprias de sua formação profissional, além de não ter garantidas condições favoráveis de trabalho e remuneração.

As entrevistas realizadas com professoras cursistas do Pró-Letramento, também revelaram que a maioria das entrevistadas trabalha em mais de uma escola ou em mais de um turno assim como, estão participando de outros cursos de formação inicial e continuada, o que pode comprometer sua participação no Pró-Letramento.

As professoras cursistas relataram que o Pró-Letramento trouxe também para elas novas atribuições profissionais, no sentido de ampliação das horas de trabalho e de novas exigências profissionais como o domínio de novas metodologias de ensino. Além disso, as entrevistadas afirmaram que têm assumido na sua atuação outras funções que não são próprias da sua profissão.

Para Contreras (2002), a intensificação provoca a rotinização, tendo em vista que os professores são impedidos do exercício reflexivo e facilita o isolamento dos colegas, devido à falta de tempo para a troca de experiências profissionais, o que fomenta o individualismo.

Em relação ao aspecto das novas atribuições profissionais, as professoras, de modo geral, relataram não ter havido ampliação do número de alunos ou turmas, mas que dedicam mais horas ao seu trabalho, tendo em vista a proposta de formação do Programa de fazer com que as professoras criem atividades diversificadas, de que construam portfólio e realizem atividades previstas no material do Pró-Letramento, além do fato de que as formações ocorrem aos sábados. Nesse sentido acreditam que a elas foram destinadas novas exigências profissionais, como de produzir materiais didáticos, dinâmicas, brincadeiras, cantigas, dentre outras atividades.

A professora Aruanda, sobre a ampliação das horas de trabalho, sobre as novas exigências profissionais e sobre o exercício de funções alheias a formação profissional docente, relata:

Só no tempo que a gente tem pra fazer os trabalhos. Sim, acho que sim. Não, obrigatoriamente. Não me sinto obrigada a estar exercendo outras funções, a gente exerce porque é da nossa profissão, a gente tem que conversar com os alunos, tirar um momento pra conversar com os pais, mas obrigatoriamente não. Sim, em algumas atividades, os coordenadores dizem “ tu vais ter que fazer, porque tu estás no Pró-Letramento” “Tu fizestes o Pró-letramento, então sabe fazer melhor do que os outros” (Aruanda).

Considerando o relato da referida professora cursista observa-se que houve ampliação das horas de trabalho, das novas exigências profissionais e de funções não concernentes à sua formação profissional, no entanto a professora entrevistada tem observado tais mudanças com conformação.

Com base nos relatos das professoras cursistas entrevistadas pode-se inferir que com elas está ocorrendo o processo de intensificação do trabalho docente, o que tem favorecido uma formação continuada também precária, que por conta de tantas atribuições destinadas a essas profissionais acaba se desenvolvendo de forma aligeirada; provocadora da separação entre os que elaboram o processo de formação e os que executam os programas, e muitas vezes até mesmo reforçadora da intensificação do trabalho, com atividades esporádicas que pouco ou em nada contribuem para sua atuação/carreira profissional.

No que se refere à última categoria de análise, *Condições de trabalho, formação de professores e precarização do trabalho docente*, registra-se que as condições de trabalho dos professores são identificadas, considerando Assunção (2003), Kuenzer e Caldas (2007) e Santos (2008), como recursos humanos (todos os trabalhadores da escola); os recursos físicos e materiais (edificação, equipamentos, itens de consumo, material didático); recursos financeiros (caixa escolar e outros recursos financeiros administrados pela escola) e relações de emprego (contrato de trabalho, jornada, salário, estatuto profissional, formação continuada, cobertura previdenciária).

A maioria das professoras entrevistadas afirmou que não conta com condições adequadas de trabalho. Sendo que somente as professoras Helena, Flor de Lis e América afirmaram contar com condições adequadas de trabalho.

Entretanto quando questionadas se durante participação no Programa Pró-Letramento contaram com condições materiais favoráveis, todas as professoras afirmaram que não tiveram nenhum apoio por parte do poder público. Tais respostas podem ser verificadas, a partir dos relatos das seguintes professoras:

Não. A escola tá com uma estrutura bem precária. A escola é um centro comunitário que foi conveniado pela SEDUC. Então a escola é pequena, tem cinco salas, mais a sala da secretaria e a copa e o que

a escola conseguiu foi só um quadro branco[**Em relação às condições de trabalho**]. Na verdade os recursos que a gente utiliza aqui são recursos próprios, pra alimentação, transporte, material. São recursos próprios, dos professores do curso. Não que esses recursos venham pra gente [**Em relação ao Pró-Letramento**] (Engraçadinha).

[...] a nossa escola tá horrível, tá velha. Nós estamos apenas com três ventiladores; com salas escuras e as salas estão um pouco danificadas e, a internet, a escola tem internet, mas eu pessoalmente não uso[**Em relação às condições de trabalho**]. Não estamos contando com o apoio do governo e nem de ninguém, nós é que estamos trazendo o material pra gente trabalhar pra concluir esta parte [**Em relação ao Pró-Letramento**] (Gabriela).

Desse modo, conforme se tem observado, a partir da literatura educacional e através desta investigação, com base nos relatos das professoras entrevistadas é que está ocorrendo a precarização do trabalho docente.

Tais relatos remontam a análise de Evangelista e Shiroma (2007), quando afirmam que a lógica da produtividade, inerente ao contexto reformista, tem respaldado a “idéia de que os bons resultados escolares independem da qualidade da formação e dos salários dos professores da Educação Básica” (p.4).

No campo das políticas educacionais, também é relevante destacar que não tem sido oferecidas condições favoráveis ao trabalho docente tais como: infra-estrutura material nas escolas, plano de carreira e salários, formação continuada (SANTOS, 2008). Sob esta perspectiva, torna-se imprescindível que exista uma política educacional que garanta tais condições de trabalho aos professores, para que esses profissionais contem com subsídios para manter uma prática docente alinhada criticamente ao contexto mais amplo da sociedade.

CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

A partir da análise do contexto das políticas públicas educacionais verificou-se a significativa influência dos organismos internacionais sobre as políticas educacionais brasileiras, traduzida nos parâmetros internacionais adotados pelas avaliações nacionais (externas); na centralização da formação/atuação docente, na responsabilização dos professores pelo

desempenho dos alunos sem a garantia de condições adequadas de trabalho, formação e remuneração, dentre outros aspectos, que tem provocado a precarização e intensificação do trabalho docente.

A investigação permitiu traçar um perfil do referido Programa de formação continuada de professores, assim como foi permitido inferir que este programa é parte da política vigente de formação de professores, tendo em vista que se configura como um Programa que reforça a realização da formação em serviço, sem as devidas condições de trabalho; que privilegia os aspectos pragmáticos da sala de aula e, que manifesta descontinuidade da formação continuada.

Em relação às categorias temáticas elencadas para este estudo cabe apresentar algumas considerações sobre os dados analisados no decorrer do esforço de elaboração da dissertação.

No que se refere à primeira categoria temática Formação e valorização profissional destaca-se que todas as professoras responderam que a formação continuada promovida pelo Programa Pró-Letramento contribuiu para a melhoria da atuação profissional, mas não implicou em nenhuma mudança no que se refere à carreira profissional, em termos de mudança na remuneração, carga horária, tempo livre, progressão na carreira. Tais relatos, permitiram inferir-se que a implementação deste Programa de formação continuada não foi acompanhada de uma política de valorização profissional.

Em relação à segunda categoria temática, Trabalho docente e avaliação do desempenho profissional, registra-se que a maioria das professoras entrevistadas afirmou não haver competição entre as professoras e nem cobranças, pela busca de melhores resultados nas avaliações nacionais. No entanto, a partir do relato de professoras, que afirmam haver competição ou cobrança, no sentido de busca de melhores resultados nas avaliações nacionais, foi possível observar a centralidade da formação de professores, apontada pela literatura educacional que subsidiou este estudo, na busca da qualidade da educação, traduzida em melhores resultados nas avaliações externas.

No que concerne a terceira categoria temática, Formação continuada, novas atribuições profissionais e intensificação do trabalho docente, a investigação demonstrou que a participação das professoras no

Programa Pró-Letramento representou a ampliação das horas de trabalho, de novas exigências profissionais e de funções não concernentes à sua formação profissional, que apesar de serem relatadas pelas entrevistadas, estas mudanças são vistas por elas com certa conformação. Desse modo, considerando que as horas de trabalho e as exigências profissionais foram ampliadas, prejudicando a participação dessas professoras em atividades de formação continuada e o planejamento das aulas, pode-se inferir sobre a ocorrência de intensificação do trabalho docente, no contexto de atuação dessas professoras cursistas.

Considerando a quarta e última categoria, Condições de trabalho, formação de professores e precarização do trabalho docente, verificou-se que as condições de trabalho foram indicadas como não favoráveis a participação na formação continuada do Programa Pró-Letramento, o que permite inferir que as professoras não contam com condições adequadas de trabalho, carreira e formação profissional.

Em linhas gerais, o estudo revelou, pela análise dos documentos e das entrevistas, que a contribuição do Programa Pró-Letramento para atuação das professoras cursistas entrevistadas é limitada, tendo em vista que não vem acompanhada de uma política de valorização profissional, de adequadas condições de trabalho e formação e que não se constitui em uma formação teoricamente densa que transpasse as “paredes das salas de aula”, que tendem a individualizar o processo de formação continuada e a não provocar mudanças mais amplas no contexto profissional dos professores.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação Educacional**: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ASSUNÇÃO, A. A. Saúde e condições de trabalho nas escolas públicas. In: OLIVEIRA, D. A. (ORG.). **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2003, p. 87-102.

BRASIL. Ministério da Educação. Orientações Gerais- Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica: objetivos, diretrizes e funcionamento. Brasília, 2005.

_____. Ministério da Educação. **Guia Geral do Pró-Letramento**. Brasília, 2007.

_____. Ministério da Educação. **Guia Geral do Pró-Letramento**. Brasília, 2010.

CONTRERAS, José. *Autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002.

FREITAS, Helena Costa Lopes. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.23, n.80, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008000009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 17 jul. 2011.

KUENZER, Acacia; CALDAS, Andrea. Trabalho docente: comprometimento e desistência. IN: FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M; FIDALGO, Nara Luciene R (orgs.). **A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade**. Campinas, SP: Papirus, 2009.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. A política da OCDE para a Educação e a formação Docente. *A Nova Regulação?* 2009. [digitalizado].

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, n. 89, 2004.

PINO, Mauro A. B. Del; VIEIRA, Jarbas Santos; HYPOLITO, Álvaro Moreira. Trabalho Docente, controle e intensificação: câmaras, novo gerencialismo e práticas de governo. In: FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M.; FIDALGO, Nara Luciene Rocha. **A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade**. Campinas, SP: Papirus, 2009.

SANTOS, Terezinha F. A. M. dos. **Conversas impenitentes sobre a gestão na educação**. 22 ed. Belém: EDUFPA, 2008.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Professor: protagonista e obstáculo da reforma. **Educação e Pesquisa**, v. 33, n.3, 2007.